

Produtor culpa crédito atrasado

Os produtores rurais suspeitam que a qualidade deficiente do adubo utilizado no plantio e o atraso na liberação de financiamentos obtidos junto aos bancos governamentais também contribuíram para a quebra da safra. "O plantio atrasou um pouco por conta do atraso na liberação do crédito e até na entrega do adubo. E nós achamos que a matéria-prima do adubo não era muito boa, o que pode ter diminuído a qualidade do produto", explicou Elias Marchese, diretor-secretário da Cooperativa dos Produtores do Distrito Federal.

Ele estima em 10% a 15% a quebra da safra, embora saliente "que ainda não há números definitivos". E também cobra uma definição do Governo em termos de política agrícola: "O Governo não tem política agrícola. O que há são invenções constantes, como a do Plano Cruzado, que não ajudam em nada o produtor".

Marchese diz que as atuais taxas de juros tornam a atividade agrícola impraticável. Segundo seus números, os bancos governamentais cobram juros de 10% ao ano sobre metade do crédito concedido para custeio e 550% ao ano sobre a outra metade. Nos créditos para investimento, as taxas de juros variam entre 300% e 600% ao ano. E agente ainda é obrigado a ouvir, sem poder fazer nada, o ministro da Agricultura dizer, como disse na televisão, na semana

passada, que os juros agrícolas não passam de 10% ao ano".

USO DAS TERRAS

O secretário da Coopa-DF aponta a necessidade urgente de o Governo definir ao menos uma política de médio prazo, "onde a gente saiba como vai trabalhar nos próximos quatro ou cinco anos. O que não pode ocorrer é o que ocorre agora, onde cada troca de ministro da área econômica traz mais insegurança para o setor porque as regras acabam sendo mudadas novamente".

Ele bate duro também no GDF, reivindicando mais facilidades de investimentos para os agricultores e a criação de condições de trabalho que ponham fim aos sobressaltos trazidos pela indefinição sobre a posse dos lotes de terras. Em outras palavras, Marchese propõe mudanças na política de distribuição das terras, sem o que, acrescenta ele, "não vai adiantar estimular o plantio".

Para ilustrar suas queixas, Marchese afirma que no Distrito Federal há 3 mil produtores plantando e comercializando regularmente e 2 mil falsos produtores, detentores da posse de áreas pequenas (e sem peso na agricultura local) "ou que não têm a atividade agrícola como principal. E há mais 2 mil famílias que poderiam ser agricultores, mas ou são posseiros, o que não lhes dá acesso a crédito e demais formas de assistência gover-

namental, ou não têm terras para plantar e produzir".

Suas críticas atingem até mesmo projetos em que o GDF tenta imprimir um cunho social ao uso das terras públicas, como o Combinado Agroubano de Brasília. Marchese diz que não é contra o programa, mas considera um desperdício o investimento de recursos e a destinação de assistência técnica às 100 famílias assentadas no primeiro núcleo do Agroubano. "Não serão soluções de gabinete ou soluções idealistas que vão resolver os problemas sociais. O Governo concentra nesse projeto benefícios que deveriam atingir todos os produtores. Para projetos como esse, o Governo deveria criar uma Secretaria de Assistência Social Rural, sem usar a Secretaria da Agricultura".

Esse estado de coisas, concluiu Marchese, gera uma insegurança permanente entre os arrendatários das terras públicas e a intenção, segundo ele, de abandonar a agricultura no DF: "A falta de uma política agrícola voltada para a produção de alimentos impede o agricultor de investir em suas terras. Ele não tem nenhuma segurança e muitos já pensam até em abandonar essa atividade em Brasília. E preciso evitar a pulverização das terras, como se faz agora: lotes de dois hectares não permitem a sobrevivência de ninguém. E perda de tempo e de dinheiro. E uma maneira de fazer pobres e gerar mais problemas sociais".